

ECOSSISTEMA DE IMPACTO SOCIAL LGBTI+

Aliança Nacional LGBTI+ – Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas
Grupo Dignidade – Rede GayLatino

RESOLUÇÃO PR 002/2025

de 07/04/2025

Orientações e Sugestões para o Enfrentamento a Ataques à Cidadania LGBTI+

SUMÁRIO

RESUMO

PREÂMBULO

POSICIONAMENTO: o que não queremos e o que não apoiamos

Sobre famílias

Sobre crianças e adolescentes

Atos obscenos e nudez pública

Sobre o respeito aos símbolos religiosos

Não queremos bullying nem violência no contexto educacional

A - PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS PREJUDICIAIS À COMUNIDADE LGBTI+

Análise jurídica inicial

Advocacy com parlamentares aliados/as

Acompanhamento legislativo estratégico

Intervenção no Poder Executivo

Ações judiciais

Comunicação, uso da mídia e opinião pública

B - ATAQUES DE GRUPOS REACIONÁRIOS À COMUNIDADE LGBTI+

Educação e sensibilização

Diálogo construtivo

Atuação jurídica

Contranarrativa positiva

Solidariedade e colaboração

Respostas criativas

C- FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO LGBTI+FÓBICO

Interpretações literais e descontextualizadas de textos sagrados

Defesa da família tradicional

Moralidade e pecado

Proteção da infância

Ressurgência cultural ou moral

Educação e sensibilização

Construção de parcerias

Diálogo e escuta ativa

Advocacy e mobilização

Uso de textos sagrados positivos

Promoção da saúde mental

Redes de apoio espiritual

D - CONSIDERAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO COMO RESPOSTA

Diálogo e escuta

Basear-se em dados e evidências

Promover a educação e a conscientização

Cultivar a resiliência e empatia

Construção coletiva

Crítica construtiva

Estratégias de comunicação a serem evitadas: Cultura do Cancelamento e Cultura da Lacração

Evitar o conflito destrutivo

Não ignorar as preocupações legítimas

Evitar a generalização

Rejeitar a censura

Desencorajar a superficialidade

RESUMO

A Resolução nº 002/2025, elaborada pela Aliança Nacional LGBTI+ conjuntamente com o Grupo Dignidade, a Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas (Abrafh) e a Rede Gay Latino, institui diretrizes para o enfrentamento dos ataques direcionados à cidadania da população LGBTI+ no Brasil, diante do agravamento de discursos e ações discriminatórias nos âmbitos institucional e social. O documento estabelece o conceito de “ataques à cidadania LGBTI”, aborda suas múltiplas formas de ocorrência e propõe um plano nacional de resposta baseado em princípios de direitos humanos, equidade e interseccionalidade. Define ainda medidas prioritárias para diferentes esferas de governo e da sociedade civil, visando à proteção, promoção e reparação dos direitos das pessoas LGBTI+, especialmente em contextos de violência simbólica, legislativa e material. A Resolução orienta a atuação articulada de órgãos públicos, conselhos de direitos e organizações da sociedade civil, e reforça a importância da produção e disseminação de informações para subsidiar políticas públicas inclusivas.

PREÂMBULO

No campo dos direitos formais, a comunidade LGBTI+ venceu, o amor venceu. Hoje podemos casar, adotar, autodeterminar a nossa identidade de gênero, ter proteção jurídica contra atos LGBTI+fóbicos, doar sangue e, mais recentemente, a violência doméstica dentro da comunidade LGBTI+ passou a ser contemplada pela Lei Maria da Penha.

A sociedade mudou nesses últimos 35 anos. Por exemplo, pesquisas de opinião pública feitas pelo IBOPE têm demonstrado isso em relação ao casamento entre pessoas do mesmo sexo. Em 1990, apenas 5% das pessoas entrevistadas apoiavam. Hoje chegamos a 46%. Temos que frisar que, a partir disso, tivemos um *“backlash”* - uma contraofensiva de setores reacionários¹ no âmbito internacional e nacional - que repercute nos poderes executivo, legislativo e judiciário em todas as esferas do poder público.

As pessoas opositoras à nossa cidadania plena também têm ganhado força e precisamos continuar enfrentando essas forças, enfrentando o preconceito, a discriminação, o estigma e a violência contra toda a população LGBTI+, em especial as pessoas trans. Nem um passo atrás. *“Nem menos, nem mais: direitos iguais”*. Um dos motivos pela publicação desta Resolução é tentar apontar para formas e alternativas de atuação que sejam eficazes no enfrentamento às investidas contra nossa cidadania plena, em vista do aumento notável no fenômeno chamado *“estresse de minoria”* entre integrantes da nossa comunidade. O estresse de minoria diz respeito à relação entre o preconceito (percebido, esperado ou internalizado) e seu efeito na saúde mental da pessoa. No caso de pessoas LGBTI+, especialistas no assunto apontam como fatores que causam estresse: a LGBTIfobia internalizada, ou não aceitação de si; o estigma presente na sociedade e a expectativa de sofrer rejeição por ser LGBTI+; a discriminação e as violências sofridas por ser LGBTI+, entre outros fatores. Afetam a autoestima, aumentam a sensação de vergonha e culpa, provocam o isolamento social, ódio ou aversão de si, causam ansiedade, depressão e até tentativas de suicídio <https://encurtador.com.br/EepK9>.

Na nossa sociedade atual, em pleno funcionamento da democracia e do estado de direito, há espaço para todas as tendências políticas, desde as mais conservadoras às mais progressistas. Nessa discussão, vale cada um com suas teses, suas antíteses e com diálogo civilizatório talvez consigamos uma bela síntese.

Com o objetivo de mitigar estes fatores, esta Resolução foca em quatro áreas específicas que, embora não sejam as únicas, vêm sistematicamente sendo usadas para atacar a cidadania das pessoas LGBTI+, desumanizando-as e relegando-as inconstitucionalmente a uma posição inferior na sociedade, destituindo-as de direitos já conquistados.

¹ Por *“reacionários”*, entendemos adeptos de ideologias extremistas e supremacistas, que não estão abertos a nenhuma forma de diálogo.

Os quatro tópicos escolhidos nesta Resolução estão interligados: Proposições legislativas prejudiciais à comunidade LGBTI+; ataques de grupos reacionários contra a comunidade LGBTI+; fundamentalismo religioso LGBTI+fóbico; e a utilização da comunicação como uma forma de resposta.

Proposições legislativas prejudiciais à comunidade LGBTI+

Geralmente são apresentadas por parlamentares de convicções fundamentalistas radicais, ou de convicções reacionárias, ou ambas. Utilizam-se da comunicação para propagar suas ideias, resultando, muitas vezes, na disseminação do discurso de ódio contra a comunidade LGBTI+. Porém, a comunicação é uma ferramenta de “duas vias”, e nós também podemos nos utilizar dela com sabedoria para mitigar e desmentir os ataques feitos contra nós, promovendo uma comunicação propositiva.

Fundamentalismo reacionário LGBTI+fóbico

Sobre pessoas religiosas, não podemos e não devemos generalizar de forma alguma. Nem todas as pessoas religiosas atuam contra nós.

Até mesmo algumas pessoas integrantes de religiões fundamentalistas são abertas ao diálogo e nós não podemos nos utilizar da mesma mentalidade radical para “cancelar” de maneira generalizada todas as pessoas desses segmentos.

Devemos, sim, procurar dialogar com seus representantes menos radicais, até para diminuir entre eles as resistências e as desinformações disseminadas a respeito da comunidade LGBTI+, desmentindo também generalizações feitas contra nós, ex. *“todos os gays são...”*. O “cancelamento” forma bolhas na sociedade e promove a polarização, impedindo ainda mais a convivência democrática e harmoniosa com as diferenças.

Devemos aproveitar qualquer fenda, fresta, espaço de diálogo com todos os segmentos da sociedade. O “não”, já temos. Somos todos/as brasileiros/as, cada um/a com seu ponto de vista. Temos que colocar em prática os princípios do diálogo com civilidade e com respeito mútuo. Se formos fazer um enfrentamento seguindo o raciocínio do “olho por olho” e “dente por dente”, vamos nos tornar uma sociedade de pessoas cegas e banguelas.

Precisamos reagir de forma inteligente, sem agressão, com base em fatos, sem julgamentos, com argumentos incontestáveis baseados em informações verídicas e em evidências, para contrapor e desconstruir inverdades e desinformações disseminadas contra nós. A ciência deve ser nossa aliada

POSICIONAMENTO: o que NÃO queremos e o que NÃO apoiamos

Nós, da Aliança Nacional LGBTI+, juntamente com as organizações Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas (Abrafh), Grupo Dignidade e Rede Gaylatino, entre outras organizações parceiras, vimos, de forma contundente, reafirmar nosso compromisso com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição Federal Brasileira.

Sobre famílias

Acreditamos que todas as famílias, independentemente de sua configuração, merecem ser respeitadas e protegidas, conforme os fundamentos constitucionais, incluindo todas as formas de famílias, inclusive as denominadas tradicionais, desde que se baseiem no respeito mútuo e na convivência democrática, sem qualquer forma ou tipo de violência, nos termos do Art. 1º, III da Constituição Federal.

Não queremos destruir a família de ninguém. Queremos amar nossas famílias e construí-las a partir das nossas singularidades e subjetividades.

Sobre crianças e adolescentes

Reafirmamos que é fundamental garantir a crianças e adolescentes uma vida digna, livre de exploração sexual, sexualização precoce e qualquer forma de abuso. Nesse sentido, destacamos a importância do cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069/1990), que assegura a proteção integral dos direitos de crianças e adolescentes. Incentivamos, portanto, todos os nossos afiliados e todas as organizações parceiras a denunciarem prontamente qualquer violação dos direitos humanos que envolva crianças e adolescentes. Somos totalmente contra a pedofilia e sexualização de crianças e adolescentes (Art. 217 - A do Código Penal).

Não queremos a exploração sexual ou erotização infanto-juvenil. Queremos que as crianças e os adolescentes sejam respeitados e protegidos em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Atos obscenos e nudez pública

Defendemos que a legislação vigente seja rigorosamente aplicada, conforme o crime de ato obsceno (Art. 233 do Código Penal), quanto a atos praticados em local público, para que as pessoas responsáveis por tais condutas sejam devidamente responsabilizados, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero. Ademais, é nossa posição que a nudez, mesmo em situações lícitas, seja desincentivada em contextos públicos, especialmente onde há a presença de crianças e adolescentes.

Sobre o respeito aos símbolos religiosos

Reafirmamos que somos contra a profanação de imagens e símbolos religiosos, bem como contra o escarnecimento público de qualquer pessoa por motivo de crença ou função religiosa, a obstrução ou perturbação de cerimônias ou práticas de culto, e o vilipêndio público de atos ou objetos de culto religioso, em relação a todas as religiões (nos termos do Art. 208-A do Código Penal).

Não queremos bullying nem violência no contexto educacional

Nas escolas, é vital que as crianças e adolescentes recebam educação sobre respeito, convivência democrática, não-violência e prevenção ao bullying (nos termos da Lei nº 13.185 e Lei nº 14.811/2024). Reafirmamos, outrossim, que ninguém, heterossexual ou homossexual, deve ser forçado, por qualquer meio, a mudar sua orientação sexual ou identidade de gênero, sendo certo que tal mudança sequer é possível, pois não se trata de uma escolha deliberada ou consciente, mas de uma característica inerente à pessoa.

Não queremos a doutrinação sexual de ninguém. Queremos que os ambientes educacionais sejam seguros e acolhedores para todas as pessoas que os frequentam e livres de *bullying* de qualquer natureza.

Não queremos transformar ninguém em gay, lésbica, trans, até porque isso não é possível... Queremos que haja cidadãos e cidadãos que sejam respeitados em suas individualidades, sem que haja discriminação e violência.

Continuaremos nossa luta por direitos e igualdade, sempre unidos em prol de uma sociedade mais justa e inclusiva.

A - PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS PREJUDICIAIS À COMUNIDADE LGBTI+

Lidar com proposições legislativas que ameaçam a comunidade LGBTI+ requer uma abordagem estratégica e baseada em princípios jurídicos/constitucionais.

Exemplos de proposições legislativas inconstitucionais contrárias à comunidade LGBTI+ incluem:

- Proposições e leis que proíbem a abordagem na sala de aula de assuntos como gênero, identidade/expressão de gênero, orientação sexual e respeito à diversidade sexual;
- Proposições que restringem o uso do nome social e o reconhecimento de identidade de gênero, ex. limitando ou proibindo o uso do nome social em documentos oficiais ou instituições públicas;
- Proposições que proíbem ou restringem a participação de pessoas trans nos esportes;
- Proposições e leis que não permitem o uso do banheiro que corresponda à identidade de gênero da pessoa, ou que proíbem banheiros unissex;
- Proposições e leis que proíbem a realização de manifestações públicas como Paradas e Marchas do Orgulho LGBTI+;
- Proposições e leis que proíbem a linguagem neutra;
- Proposições no âmbito federal que visam revogar direitos garantidos por decisões do Supremo Tribunal Federal, que reconheceram a igualdade de direitos das pessoas LGBTI+ (ex. casamento, adoção, direito à identidade de gênero, criminalização de atos LGBTIfóbicos e assim por diante).

De 2019 a 2024, parlamentares brasileiros apresentaram nas assembleias estaduais e no Congresso Nacional 437 projetos de lei que visam restringir os direitos das pessoas LGBTI+, porém 575 apresentaram projetos favoráveis aos direitos LGBTI+, demonstrando que temos parlamentares aliadas/os nas casas legislativas e que devemos continuar a firmar nossas parcerias com elas/eles.

(Fonte: baseada em informações divulgadas pela Agência Diadorim)

Seguem algumas diretrizes para atuar de forma eficaz e racional no seu enfrentamento:

1. Análise jurídica inicial

- Antes de qualquer reação pública, analise o texto das proposições legislativas com atenção, consultando juristas para identificar potenciais inconstitucionalidades e precedentes. Isso ajuda a preparar uma base sólida para contestação futura.

2. Advocacy com parlamentares aliados/as

- Construa e fortaleça relações com parlamentares que apoiam a igualdade de direitos das pessoas LGBTI+. Forneça-lhes dados e argumentos racionais que possam ser usados na defesa da comunidade durante os debates legislativos (no caso de proposições contrárias ao uso do banheiro por pessoas trans, temos o parecer do Ministério Público da Paraíba <https://encurtador.com.br/dBgNO>; e no caso da restrição da participação de pessoas trans nos

esportes, temos a Nota Técnica da Aliança Nacional LGBTI+, resumida na p.65 do Manual de Direitos e LGBTI+ <https://encurtador.com.br/fmHmp>). Nossa experiência tem nos mostrado que esta forma de atuação – fornecer subsídios para nossos aliados terem argumentos racionais e baseados em evidências para embasar seus pronunciamentos – além de ficar registrada na história, é mais eficaz do que a realização de protestos isolados, manifestações pontuais e afins, que geralmente servem mais para fortalecer nossos opositores.

- Manter uma comunicação contínua para garantir que todas as pessoas estejam informadas e equipadas para enfrentar proposições prejudiciais eficazmente.

- Considerar a apresentação de denúncia contra o /a proponente/a na Comissão de Ética da Câmara Municipal, Assembleia Legislativa, Câmara dos Deputados ou Senado Federal, conforme a instância em que a proposição tramita. Note que muitas vezes é a justificativa da proposição que revela sua verdadeira intenção anti-LGBTI+.

3. Acompanhamento legislativo estratégico

- Durante o processo legislativo, é possível contestar a constitucionalidade de projetos de lei em audiências públicas ou debates, além de utilizar pareceres técnicos de especialistas em direito constitucional para embasar argumentos.

- Caso a proposição avance, trabalhe para mobilizar uma maioria de votos contra nas etapas subsequentes.

4. Intervenção no Poder Executivo

- Caso uma proposição preocupante chegue ao Executivo para ser sancionada, prepare e envie para a autoridade máxima (prefeito, governador, presidente da república, conforme a casa legislativa que originou a proposição), memoriais detalhados que expliquem as razões para um eventual veto. Inclua análises jurídicas, jurisprudenciais e opiniões de especialistas sobre a inconstitucionalidade e o impacto social negativo.

5. Ações judiciais

- Se uma proposição legislativa inconstitucional for aprovada, o caso deve ser levado a todos os níveis do Judiciário, desde a 1ª instância até o Supremo Tribunal Federal (STF), buscando uma decisão que declare a inconstitucionalidade da proposição. Trabalhe com advogados experientes em direitos humanos e constitucionalistas.

- Qualquer partido político com representação no Congresso Nacional, a Procuradoria-Geral da República, a Ordem dos Advogados do Brasil, Organizações da Sociedade Civil, entre outros, têm legitimidade ativa para propor uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal. Essa ação visa declarar a inconstitucionalidade de leis ou atos normativos que já tenham sido aprovados e promulgados.

- Estratégias judiciais bem planejadas podem ser mais eficazes do que a confrontação direta, a qual mais dá palco para os/as políticos/as proponentes/as.

6. Comunicação, uso da mídia e opinião pública

- Evite reações exageradas e emocionais em público. Concentre-se em uma comunicação focada e lógica, destacando a força da Constituição e o respeito ao devido processo legal.
- Nunca compartilhe notícias sobre proposições legislativas contrárias às pessoas LGBTI+, isto só dá mais visibilidade e causa mais polêmica, que é exatamente o que seus autores querem.
- Use as mídias e canais de comunicação para educar o público e mobilizar apoio de forma serena e informada.
- Estes canais também podem ser utilizados para destacar a futilidade dessas proposições, incidindo sobre a opinião pública para tornar essas práticas impopulares.
- Promover educação sobre a constitucionalidade e seus impactos pode ajudar a criar uma base de eleitores mais informada, que exigirá *accountability* de seus representantes.

Enfrentar proposições legislativas com potencial prejudicial para a comunidade LGBTI+ exige planejamento cuidadoso e uma abordagem racional e bem fundamentada. Utilizando a Constituição como guia, a comunidade pode defender seus direitos de maneira eficaz e calculada.

B - ATAQUES DE GRUPOS REACIONÁRIOS À COMUNIDADE LGBTI+

Lidar com grupos políticos de grupos reacionários, especialmente em relação aos direitos humanos e à comunidade LGBTI+, requer uma abordagem estratégica e cuidadosa. Aqui estão algumas sugestões de como você pode fazer isso:

1. Educação e sensibilização

Para a sociedade em geral

- Promova campanhas de conscientização sobre direitos humanos e a realidade das pessoas LGBTI+. Educação é uma ferramenta poderosa para combater o preconceito e a desinformação.
- Realize workshops, palestras e eventos comunitários para elucidar mitos e promover uma compreensão mais profunda das questões LGBTI+.

Para a comunidade LGBTI+ especificamente

- Vamos voltar a fazer educação e sensibilização, seja presencial ou online, através de reuniões, palestras, cursos, seminários, congressos... Não precisam ser eventos com a participação de multidões. Mais de três pessoas já é um evento.

2. Diálogo construtivo

- Identifique indivíduos e grupos abertos ao diálogo para construir pontes e promover o entendimento mútuo. Estabelecer um diálogo pode dissipar tensões e preconceitos.
- Participe de fóruns públicos e use plataformas de mídia social para se envolver em discussões construtivas.

3. Atuação jurídica

- Tenha uma equipe jurídica competente para lidar com ameaças e tomar providências necessárias e cabíveis contra discursos de ódio e discriminação.
- Sempre que se deparar com ameaças ou ataques, documente/registre/filme tudo e informe às autoridades competentes: registre Boletim de Ocorrência em delegação da Polícia Civil; oficie o Ministério Público (federal ou estadual, conforme o caso); em casos graves, encaminhe para o Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania). Através da Central Nacional de Atendimento LGBTI+, a Aliança Nacional LGBTI+ também oferece apoio jurídico, psicológico e de serviço social em casos comprovados de violação dos direitos humanos <https://bit.ly/3mN8jOA>.
- Especificamente em relação a *fake news* e/ou discursos de ódio a respeito da comunidade LGBTI+ publicados em mídias sociais. Blogs, jornais escritos ou online... estes podem ser denunciados para o Programa Plataforma do Respeito, através do email plat.respeito@aliancagbti.org.br. Os usuários também acionar automaticamente no Instagram marcando o @ da Alethe.iacanais

4. Contranarrativa positiva

- Crie e compartilhe narrativas positivas sobre a comunidade LGBTI+, destacando histórias de sucesso, contribuições para a sociedade e o desejo de viver em harmonia.
- Quando confrontado com acusações e ataques, use dados e fatos para esclarecer e combater desinformações.

5. Solidariedade e colaboração

- Forme alianças com outros grupos que promovem a justiça social e os direitos humanos, em todas as causas sociais, não apenas as diretamente ligadas à comunidade LGBTI+. A união fortalece a causa.
- Envolver-se em parcerias com organizações nacionais e internacionais para criar uma rede de apoio mais ampla.

6. Respostas criativas

- Use humor e criatividade para desarmar acusações infundadas. Responder de forma leve pode desarmar a hostilidade e surpreender o interlocutor.
- Desenvolva materiais de campanha atrativos que combinem informação com bom humor para atrair a atenção positiva.
- Nunca compartilhe discursos de ódio etc. contrários às pessoas LGBTI+, isto só dá mais visibilidade e causa mais polêmica, que é exatamente o que seus autores querem.

Estas estratégias podem ser adaptadas de acordo com o contexto local e as necessidades específicas de sua comunidade. O objetivo é avançar na promoção e defesa dos direitos e, ao mesmo tempo, promover diálogos construtivos.

C – FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO LGBTI+FÓBICO

No Brasil, assim como em diversos outros lugares, o fundamentalismo religioso frequentemente utiliza uma série de argumentos para criticar e atacar a comunidade LGBTI+. Entre os principais pontos levantados, incluem-se:

1. Interpretações literais e descontextualizadas de textos sagrados

- Muitos grupos religiosos fundamentam suas críticas em interpretações literais de textos sagrados, afirmando que esses textos condenam a homossexualidade e outras identidades de gênero e orientações sexuais diversas.

2. Defesa da "família tradicional"

- O discurso em prol da "família tradicional" é comumente utilizado, onde se argumenta que apenas a união entre um homem e uma mulher estaria alinhada com os princípios religiosos e, portanto, seria a única forma de família aceitável. No entanto, cabe observar que o estudioso Petzold identificou 196 configurações familiares diferentes, de modo que existem vários tipos de família, cada um com suas próprias características e dinâmicas <https://encurtador.com.br/QGfJy>.

3. Moralidade e pecado

- A comunidade LGBTI+ é, por vezes, acusada de praticar atos considerados imorais ou pecaminosos de acordo com certas crenças religiosas. Esse argumento é utilizado para justificar a rejeição ou o ostracismo social.

4. Proteção da infância

- Alguns críticos afirmam que a aceitação ou promoção dos direitos das pessoas LGBTI+ representaria uma ameaça para as crianças, alegando que isso poderia influenciar ou confundir as crianças quanto à sua identidade de gênero ou orientação sexual.

5. Ressurgência cultural ou moral

- Alegações de que as identidades e práticas LGBTI+ são um desvio de valores culturais e morais ocidentais ou locais, representando um afastamento de tradições "legítimas" ou "originais".

Esses argumentos são amplamente debatidos e contestados por defensores dos direitos humanos e ativistas LGBTI+, que argumentam pela igualdade de direitos, pelo respeito à diversidade e pelo fim da discriminação baseada em orientação sexual e identidade de gênero. No contexto atual, há uma constante disputa entre visões mais progressistas e conservadoras nessa questão.

Enfrentar o fundamentalismo religioso que ataca a comunidade LGBTI+ requer uma abordagem cuidadosa e multifacetada. Aqui estão várias sugestões e atividades que podem ajudar a fortalecer a resistência e promover um diálogo mais inclusivo:

a) Educação e sensibilização

- Workshops e palestras: Organizar eventos que abordem os direitos das pessoas LGBTI+, a desconstrução de preconceitos religiosos e as passagens bíblicas que falam sobre amor e inclusão. Incluir líderes religiosos aliados como palestrantes.
- Material educativo: Produzir e distribuir materiais que expliquem as conexões entre cristianismo e direitos LGBTI+, incluindo interpretações de textos sagrados que promovem respeito e dignidade.
- Afirmar que respeitamos a diversidade religiosa, desde que não fira a dignidade humana.

b) Construção de parcerias

- Parcerias com líderes religiosos: Continuar a estabelecer parcerias com pastores, padres e outros líderes religiosos que têm empatia com a causa. Criar um consórcio de aliados que trabalhem juntos em atividades e campanhas.
- Apoio à voz de pessoas e instituições aliadas: Apoiar e promover os líderes religiosos que falam em defesa da comunidade, ajudando a dar visibilidade às suas vozes em mídias sociais e eventos comunitários.

c) Diálogo e escuta ativa

- Espaços de diálogo: Criar ambientes seguros onde membros da comunidade LGBTI+ possam participar de diálogos com líderes religiosos. Incentivar o compartilhamento de experiências e o testemunho do impacto psicológico negativo causado pela discriminação.
- Atividades de escuta: Realizar sessões em que as pessoas possam compartilhar suas histórias, ajudando as pessoas e instituições aliadas a entender melhor as consequências do fundamentalismo e das práticas prejudiciais.

d) Advocacy e mobilização

- Denúncia de discurso de ódio: Reunir informações e relatos sobre discursos que promovem o ódio. Criar uma campanha para apresentar essas evidências ao Ministério Público, destacando o impacto negativo emocional e social na comunidade LGBTI+.
- Denúncia de práticas e tentativas de “cura gay” ou “terapia de reversão”, ao Ministério Público ou à Central Nacional de Atendimento LGBTI+ <https://bit.ly/3mN8jOA>. Conheça o Relatório “Amar não é doença: ame quem você é; ame quem você quiser”, lançado em dezembro de 2024 pelo Grupo de Trabalho instituído em razão da aprovação do Requerimento 8/2024 da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados (CDHMIR) da Câmara dos Deputados.” <https://l1nq.com/tWTo5>
- Atuação jurídica: Trabalhar com advogados para ajudar a comunidade LGBTI+ a entender como e quando fazer denúncias por charlatanismo e outras práticas enganosas. Promover oficinas sobre direitos consagrados na legislação e na jurisprudência.

e) Uso de textos sagrados positivos

- Estudo bíblico inclusivo: Realizar grupos de estudo bíblico que foquem em passagens que falam sobre amor, inclusão e respeito, promovendo uma interpretação acolhedora das escrituras.

- Manual de Cristianismo e LGBTI+: É uma fonte que contextualiza e elucida citações bíblicas utilizadas contra a comunidade LGBTI+ (ver a tabela nas páginas 64-67). Você pode também destacar as passagens bíblicas que promovem a dignidade humana para serem utilizados durante eventos e campanhas. Acesse o Manual aqui <https://aliancagbti.org.br/enciclopedia-lgbti/>

f) Promoção da saúde mental

- Apoio psicológico: Disponibilizar recursos e serviços de saúde mental para aqueles que enfrentam discriminação e estresse causado por fundamentalismo. Oferecer sessões de terapia e grupos de apoio.

- Campanhas de conscientização: Conduzir campanhas sobre os riscos do suicídio e saúde mental na comunidade LGBTI+, destacando a necessidade de um suporte adequadamente informado.

g) Redes de apoio espiritual

- Cultos e Cerimônias Inclusivas: Promover eventos espirituais que sejam acolhedores para todos, independentemente da orientação sexual ou identidade/expressão de gênero. Criar espaços onde a diversidade seja celebrada.

- Exploração de alternativas espirituais: Incentivar a busca por formas alternativas de espiritualidade que respeitem a identidade LGBTI+, incluindo encontros não tradicionais ou novos grupos espirituais.

Enfrentar o fundamentalismo religioso LGBTI+fóbico exige um esforço coletivo, apoio mútuo e a capacidade de dialogar com respeito. Várias dessas sugestões visam não apenas promover a resistência, mas também construir pontes e fomentar um ambiente onde a inclusão e o amor sejam prevalentes. É crucial que a mudança comece a partir da conscientização e do empoderamento da comunidade, assim como da colaboração com pessoas e instituições aliadas.

D – CONSIDERAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO COMO RESPOSTA

No Ecossistema de Impacto Social LGBTI+ e outros movimentos sociais, é essencial buscar práticas de comunicação que promovam diálogo, entendimento e inclusão, em vez de deslegitimar e silenciar as vozes, mesmo quando há desacordo. Em vez de adotar a cultura do cancelamento ou da lacração, devemos fomentar uma cultura de construção, onde o foco seja:

1. Diálogo e escuta

- Incentivar o respeito mútuo e a troca de ideias, permitindo que diferentes perspectivas sejam ouvidas e consideradas.
- Em vez de silenciar ou censurar vozes que discordam, é crucial criar um espaço de diálogo respeitoso. Ao ouvir ativamente as preocupações e perspectivas diferentes, proporciona-se um ambiente onde o debate saudável pode florescer.

2. Basear-se em dados e evidências

- As posições adotadas por entidades do Ecossistema de Impacto Social LGBTI+ devem ser fundamentadas em pesquisas rigorosas e evidências concretas. Utilizar dados para embasar argumentos não só fortalece a credibilidade das reivindicações, mas também dissipa alegações infundadas.

3. Promover a educação e a conscientização

- Em vez de focar no cancelamento, é mais produtivo investir em campanhas educativas que promovam a compreensão das questões sociais complexas. Isso pode ajudar a desmistificar conceitos e combater preconceitos, reforçando a importância da empatia e da inclusão.

4. Cultivar a resiliência e empatia

- Encorajar uma cultura de resiliência e empatia, onde o foco é aprender com os erros ao invés de punir, pode ajudar a mitigar a hostilidade. A ideia é criar um ambiente onde as pessoas se sintam seguras para compartilhar suas falhas e crescer a partir delas.
- Promover a empatia, entendendo que todos temos falhas e que o aprendizado é um processo contínuo.

5. Construção coletiva

- Denunciar desigualdades, violência e discriminação é essencial, mas deve ser feito de maneira que promova soluções e ações coletivas. Propor iniciativas que busquem solucionar problemas sociais concretos pode ser mais eficaz do que apenas criticar comportamentos.
- Trabalhar juntos para fortalecer a cidadania e a dignidade de todos, buscando transformações sociais que sejam inclusivas e justas.

6. Crítica construtiva

Em vez de desmerecer, procure criticar de maneira construtiva, visando o crescimento e a melhoria, tanto individual quanto coletiva.

Essa abordagem de comunicação não apenas fortalece o movimento LGBTQ+ como um todo, mas também contribui para um ambiente social mais saudável e respeitoso, onde a construção de um futuro melhor é a prioridade, em vez da destruição do outro.

ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO A SEREM EVITADAS:

1. A cultura do cancelamento e a cultura da lacração

São fenômenos sociais que têm ganhado destaque nas interações contemporâneas, especialmente nas redes sociais.

Cultura do Cancelamento

Refere-se ao ato de boicotar ou deixar de apoiar indivíduos ou instituições em razão de comportamentos considerados inadequados ou ofensivos. Essa prática, embora muitas vezes inicie um debate importante sobre responsabilidade social e ética, pode resultar em uma atmosfera de medo e tensão, onde as pessoas hesitam em expressar opiniões por receio de represálias, contribuindo para um ambiente de polarização. Certos setores da sociedade se utilizam profissionalmente do cancelamento especificamente para polarizar a seu favor.

Cultura da Lacração

Está relacionada à busca por afirmações rápidas e impactantes que possam gerar reações imediatas, muitas vezes utilizando de ironia ou sarcasmo. Essa prática pode simplesmente garantir aprovação social ou a sensação de estar "do lado certo", mas pode não promover discussões profundas ou transformadoras. Em alguns casos, contribui para uma dinâmica de ataque, onde o objetivo é desqualificar o outro em vez de dialogar.

2. Evitar o conflito destrutivo

- Respostas agressivas e ataques pessoais apenas exacerbam divisões e dificultam o avanço em direção a um entendimento comum. Deixar de promover a hostilidade é fundamental para construir pontes.

3. Não ignorar as preocupações legítimas

- Embora algumas manifestações possam ser excessivas, é importante não desconsiderar as preocupações legítimas sobre questões sociais. Ignorar ou minimizar essas vozes pode gerar ressentimento e desconexão.

4. Evitar a generalização

- É importante lembrar que nem todas as pessoas de uma certa tendência política mais à direita, ou de uma determinada religião mais fundamentalista, por exemplo, compartilham de atitudes LGBTQ+fóbicas. É um equívoco fazer afirmações generalizadas do tipo "os evangélicos são...", "os partidos de direita são...". É preferível afirmar que "alguns setores das religiões evangélicas / dos partidos de direita são..."

- Compreender a diversidade de opiniões dentro dos movimentos é crucial para promover um diálogo saudável e inclusivo.

5. Rejeitar a censura

- Em vez de optar pelo cancelamento, é mais produtivo buscar formas de construir e educar. Censurar ideias ou opiniões contrárias não ajuda no avanço social e cria um ambiente de medo e desconfiança.

6. Desencorajar a superficialidade

- Evitar a armadilha da "lacrção" que se concentra em afirmações impactantes, mas vazias, é fundamental. Em vez disso, o objetivo é priorizar discussões profundas que levem a mudanças significativas.

Esta Resolução foi inicialmente elaborada por Toni Reis e David Harrad, com contribuições posteriores a partir de consulta pública realizada no mês de março de 2025.